

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA**
2 **DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE**
3 **2021, NA FERRAMENTA GOOGLE MEET.** Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte
4 e um, instalou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
5 – CEIVAP, realizada por meio de videoconferência, **com a presença de 66 membros e 21 convidados**
6 (conforme relação no final desta ata) e **justificadas as ausências**, também como relacionado no final desta ata.
7 Com a seguinte **Ordem do Dia: 1 –** Abertura da Sessão; **2 –** Apresentação da Ordem do Dia; **3 –** Comunicados;
8 **4 –** Aprovação das atas da última reunião; **5 –** Apresentação sobre a execução do PAP em 2021 e as Atividades
9 do CEIVAP/AGEVAP e instâncias no biênio 2019/2021; **6 –** Aprovação da Deliberação que dispõe sobre o
10 Planejamento Orçamentário Plurianual – PAP do CEIVAP 2022/2025; **7 –** Aprovação da Deliberação que
11 dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Anual – POA 2022; **8 –** Aprovação de Deliberação CEIVAP que
12 dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2022; **9 –** Aprovação de
13 Deliberação CEIVAP que dispõe sobre as ações estratégicas priorizadas para apoio na implantação do Plano
14 Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; **10 –** Aprovação de Deliberação CEIVAP que
15 dispõe sobre o Programa piloto de tratamento de esgotos em pequenas comunidades por sistemas
16 compactos/modulares; **11 –** Aprovação de Deliberação CEIVAP que dispõe sobre o aporte de recurso financeiro
17 para apoiar o município de São João da Barra em virtude dos impactos da baixa vazão na porção final da calha
18 principal do Rio Paraíba do Sul; **12 –** Aprovação de Deliberação CEIVAP que dispõe sobre Financiamentos
19 Reembolsáveis com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba
20 do Sul; **13 –** Aprovação de Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a criação dos Grupos de Trabalho: **13.1 –**
21 **Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul – GT Implementação**
22 **PIRH; 13.2 –** Acompanhamento dos Estudos Estratégicos CEIVAP – GTEE; **13.3 –** Acompanhamento e
23 **Implementação do Programa Monitorar – GT Monitorar; 14 –** Aprovação da revisão das Deliberações CEIVAP
24 que dispõem sobre as Ajudas de Custo no âmbito do Comitê: **14.1 –** Deliberação nº 252/2017 que dispõe sobre a
25 adequação dos valores de ajuda de custo e ressarcimento de despesas referentes à transporte dos membros da
26 Diretoria Colegiada do CEIVAP no exercício de suas funções; **14.2 –** Deliberação nº 260/2018 que dispõe sobre
27 a adequação dos valores de ajuda de custo pagos e ressarcimento de despesas de membros do CEIVAP que
28 venham a representá-lo oficialmente em outros Fóruns, e aos membros representantes de organizações não
29 governamentais, do segmento das organizações civis de recursos hídricos; **14.3 –** Deliberação nº 274/2019 que
30 dispõe sobre a complementação das regras para pagamento de ajuda de custo e ressarcimento de despesas
31 terrestres para apoio de representantes de organizações não governamentais do segmento das organizações civis
32 de recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados no ProfÁgua; **15 –** Aprovação de Deliberações CEIVAP
33 que dispõem sobre a renovação dos Grupos de Trabalho: **15.1 –** Educação Ambiental, Mobilização e
34 Comunicação – GTEAMC; **15.2 –** Mananciais – GT Mananciais; **15.3 –** Regularização de Vazões – GT Vazões;
35 **16 –** Referendum das Deliberações nº 303/21 e 304/21 que dispuseram, respectivamente, sobre: **16.1 –**
36 **prorrogação do mandato dos membros do CEIVAP e de sua Diretoria Colegiada até novembro de 2021; 16.2 –**
37 **a prorrogação do Edital do Processo Eleitoral do CEIVAP para o quadriênio 2021/2025; 17 –** Informe sobre o
38 status do PROTRATAR IV; **18 –** Informe sobre o status do Programa Mananciais; **19 –** Informe sobre o
39 instrumento de pactuação da Bacia do Rio Paraíba do Sul; **20 –** Informe sobre a situação hídrica da bacia do rio
40 Paraíba do Sul no ano de 2021; **21 –** Posse dos novos membros do CEIVAP (quadriênio 2021/2025); e **22 –**
41 **Eleição e Posse da nova Diretoria Colegiada do CEIVAP (biênio 2021/2023).** **1 – Abertura da Sessão:** O Vice-
42 Presidente, Sr. Matheus Cremonese (PREA), cumprimentou a todos, agradeceu as presenças e deu as boas-
43 vindas aos novos membros. Conferido o quórum, deu-se início a reunião. **2 – Apresentação da Ordem do**
44 **Dia:** O Sr. Matheus Cremonese (PREA) fez a leitura da ordem do dia e perguntou a plenária se todos estavam
45 de acordo com a pauta proposta. Não havendo manifestações, foi dado andamento à reunião. **3 – Comunicados:**
46 Não houveram comunicados. **4 – Aprovação das atas da última reunião:** Após pequenas adequações, as atas
47 foram aprovadas. **5 – Apresentação sobre a execução do PAP em 2021 e as Atividades do**
48 **CEIVAP/AGEVAP e instâncias no biênio 2019/2021:** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) contextualizou que
49 devido a grande pauta, será apresentado um vídeo que contempla as ações da diretoria e do PAP. Dessa forma, o
50 vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=lZO1KS00InY> foi exibido. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM), o Sr.
51 Elias Adriano (AJADES) e a Sra. Ana Asti (SEAS) falaram dos aprendizados adquiridos ao longo do ano e
52 parabenizaram todo o trabalho. **6 – Aprovação da Deliberação que dispõe sobre o Planejamento**
53 **Orçamentário Plurianual – PAP do CEIVAP 2022/2025:** A Presidente do CEIVAP, Sra. Ana Asti (SEAS)
54 propôs que os itens 6, 7 e 8 sejam aprovados de forma conjunta, caso alguém tenha uma particularidade
55 específica, os itens podem ser desmembrados. Em relação ao PAP, o Sr. João Gomes (UENF) nas linhas 1.8.4 e
56 1.8.5 que se referem a segurança hídrica e eventos críticos, questionou a falta de recurso nos anos de 2023 e
57 2024. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que na linha 1.8.4 tem o recurso discutido no âmbito do GT
58 Vazões, incluindo o estudo da baixada Campista e o recurso destinado as bacias Mineiras, bem como a ação
59 emergencial para segurança hídrica e eventos críticos. A linha 1.8.5 é engloba o Plano de Gerenciamento de
60 Risco, lembrando que os nomes das ações são definidos pelo modelo da Agência Nacional de Águas e
61 Saneamento Básico. Reiterou que o PAP foi elaborado a partir do PIRH-PS, então todas as ações constadas,
62 exceto a de São João da Barra, estão previstas no Manual Operativo – MOP. O Sr. João Gomes (UENF) disse
63 que de forma alguma quer ir contra o plano, mas que em seu entendimento e do comitê Baixo Paraíba Sul,

64 segurança hídrica é um dos itens mais importantes na gestão daqui pra frente. Houveram eventos muito
65 preocupantes de seca e podem haver de cheias também, então está apenas replicando para que a Plenária e o
66 CEIVAP entendam que este é um item muito dinâmico e que pode mudar a face do que está no plano. A Sra.
67 Marina Assis (AGEVAP) salientou que dentro do plano existe a ação de Implementação do Plano de
68 Gerenciamento de Risco, que levanta todos os eventos críticos da bacia e não tem previsão de recurso. O que
69 não impede que mais pra frente seja remanejado, se o comitê achar necessário, lembrando que qualquer recurso
70 que for para essa linha, precisa sair de outra ação. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) falou que quando fizeram
71 o planejamento do PIRH, não estavam contando com a redução da arrecadação em aproximadamente R\$
72 5.000.000,00, então para elaborar o PAP precisam adequar valores de linhas que até já estavam definidas.
73 Ademais, falou sobre o POA, que caso seja necessário, os recursos podem ser diretamente remanejados nele e
74 adequados ao PAP. Explicou que seguidos as novas diretrizes, um recurso não pode mais ficar previsto sem uma
75 ação, mas nada o impede de ser remanejado. A Sra. Ana Asti (SEAS) perguntou a Plenária se haviam mais
76 colocações em relação aos itens 6 e 7, sem manifestações, deliberação que dispõe sobre o PAP 2022/2025 e a
77 deliberação que dispõe sobre o POA 2022 foram aprovadas. Em relação ao item 8, a Sra. Aline Alvarenga
78 (AGEVAP) pediu que fosse incluída uma reunião do GTAI, pois em uma conversa com o Sr. Osman Fernandes
79 (ANA) ele solicitou que a reunião do dia 26/11/2021 fosse transferida para o início de 2022. O Sr. André
80 Moreira (UBM) questionou como funciona a participação dos novos membros nos grupos de trabalho. A Sra.
81 Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou que em janeiro serão encaminhadas mensagens para todos os novos
82 representantes da composição questionando o desejo de participar dos grupos, respeitando a paridade de cada
83 deliberação. A Sra. Larissa Costa (INEA) em relação ao calendário referente ao GTA OH, observou que é muito
84 importante ter uma reunião no período de transição, então a reunião de maio poderia ser ajustada para abril. O
85 Sr. Osman Fernandes (ANA) reiterou para o Sr. André Moreira que todas as reuniões do CEIVAP, são reuniões
86 públicas, então mesmo não sendo membro eleito, qualquer pessoa pode participar. Sem mais comentários, a
87 deliberação que dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2022 foi
88 aprovada. **6 – Aprovação da Deliberação que dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Plurianual –**
89 **PAP do CEIVAP 2022/2025:** Item aprovado perante discussão anterior. **7 – Aprovação da Deliberação que**
90 **dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Anual – POA 2022:** Item aprovado perante discussão anterior. **8**
91 **– Aprovação de Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do**
92 **CEIVAP para 2022:** Item aprovado perante discussão anterior. **9 – Aprovação de Deliberação CEIVAP que**
93 **dispõe sobre as ações estratégicas priorizadas para apoio na implantação do Plano Integrado de Recursos**
94 **Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul:** A Sra. Marina Assis (AGEVAP) iniciou a apresentação dizendo
95 que as ações estratégicas estão diretamente relacionadas ao indicador 3 do CG ANA. Contextualizou que no
96 final de 2020 foi assinado o novo contrato de gestão nº 027/ANA/2020 que definiu no plano de trabalho novos
97 indicadores que precisam estar alinhados ao PIRH e ao MOP. Apresentou as premissas e objetivos; metas,
98 programas, ações e recursos financeiros, dizendo que os valores para elaboração dos estudos para
99 preenchimento das lacunas do PIRH são da ordem de R\$: 2.667.106,97. Expôs os critérios utilizados para a
100 hierarquização, os recursos são alocados conforme orçamentos que foram discutidos no âmbito do GT e feitos
101 pela empresa Profill. Como estratégia de contratação, a criação de um grupo específico para acompanhar os dois
102 estudos, levando em conta a necessidade de manutenção da aproximação que foi criada no âmbito do GT Plano.
103 Finalizou mostrando o cronograma físico seguindo o contrato de gestão atual que vai até 2025, e se colocou a
104 disposição para tirada de dúvidas. O Sr. João Gomes (UENF) colocou que o CEIVAP deveria ter uma atividade
105 mais efetiva no item de priorização das ações. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) explicou que a priorização de
106 ações segue exatamente o que está no plano, as apresentadas foram ações estratégicas que vão ser avaliadas por
107 meio de um indicador do contrato de gestão. Ademais, terá um grupo específico de acompanhamento da
108 implementação do plano. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) complementou que também terá um grupo de
109 acompanhamento dos estudos estratégicos. Em relação a meta do contrato de gestão, precisou ser muito bem
110 trabalhado o que ficaria dentro da governança do CEIVAP e da AGEVAP, para que depois não tenham
111 problemas para atender todo o contexto necessário. O Sr. Edilson de Paula (CBH PS) parabenizou o comitê pela
112 finalização do PIRH e falou sobre a contratação da elaboração do plano da porção paulista, que já estava em
113 andamento e será aprovado dia 10 de dezembro estando bem articulado com o PIRH. Sem mais comentários, a
114 deliberação CEIVAP que dispõe sobre as ações estratégicas priorizadas para apoio na implantação do Plano
115 Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul foi aprovada. **10 – Aprovação de Deliberação**
116 **CEIVAP que dispõe sobre o Programa piloto de tratamento de esgotos em pequenas comunidades por**
117 **sistemas compactos/modulares:** A Sra. Maira Simões (AGEVAP) iniciou a apresentação da proposta
118 contextualizando que a partir de estudos feitos para o PROTRATAR foi percebida uma lacuna muito grande na
119 universalização de saneamento no Brasil, por questão de domicílios que não são atendidos pelas grandes
120 empresas. Por serem áreas isoladas, nem sempre as soluções individuais são adequadas, então foi visto como
121 alternativa as ETEs compactas. Falou sobre as vantagens das ETEs compactas e apresentou a proposta,
122 explicando que será um projeto muito semelhante ao PROTRATAR, sendo um município por estado e
123 preferencialmente como sistema autônomo, empresas ou autarquias municipais e já tendo a rede coletora. O
124 recurso seria proveniente da linha 2.1.2, estimando-se R\$ 1.000.000,00 por projeto, dessa forma sendo destinado
125 R\$ 3.000.000,00. Finalizou citando o projeto CDTASA em São José dos Campos que foi piloto e teve eficiência
126 em mais de 95% de tratamento dos de efluentes. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) perguntou se já existe um

127 levantamento com o número de municípios que se encaixariam no programa, porque em Minas há muitas
128 localidades que não são urbanas, mas também não são exatamente rurais. O Sr. Carlos Ronald Macabu
129 (Prefeitura de Campos dos Goytacazes) citou que existem municípios, principalmente na região sudeste do Rio
130 de Janeiro, que tem grande extensão territorial, mas acabam sendo vistos só pela sede e não se percebe os
131 distritos e áreas rurais. Indagou como está sendo vista essa questão de municípios extensos. O Sr. Luiz Roberto
132 Barretti (ABRHidro) colocou que esse assunto foi discutido na Câmara Técnica. Salientou também que o
133 programa precisa de tutela pois os sistemas não funcionam sozinhos e precisam de manutenção que as vezes os
134 municípios não conseguiram fazer. A Sra. Maira Simões (AGEVAP) respondeu que ainda não há uma
135 estimativa de municípios, mas que antes de liberar o edital de chamamento acontecerá uma conversa com as
136 UD's. A questão é que precisa ser levado em conta a segurança jurídica que a licença ambiental prevê, por isso
137 fica um pouco mais complicado. Além disso, já houveram situações onde os municípios procuram para instalar
138 um sistema fora da área de concessão, então seguindo a licença ambiental, esse pode ser o foco. Explicou que
139 será previsto na contratação um período de operação assistida. O Sr. João Gomes (UENF) e o Sr. Eduardo
140 Araújo (IGAM) apontaram exemplos de aglomerados urbanos em áreas rurais, que não estão sendo atendidos
141 pelo PROTRATAR e nem pelo Mananciais. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) comentou que no primeiro prisma
142 do programa Mananciais foi apontado a necessidade de serem realizadas futuras intervenções na região. Mas
143 lembrou que existe no PROTRATAR a previsão de distritos que já são um pouco maiores, o que aconteceu por
144 exemplo em Minas Gerais. O Sr. André Marques (AGEVAP) complementou que independente da área estar
145 poluindo ou não, se há investimento público que precisa ser destinado a uma área regularizada. O Sr. Elias
146 Adriano dos Santos (AJADES) disse que ao seu ver, para participar do projeto o município precisa ter
147 identificado essas áreas dentro do plano diretor e plano municipal de saneamento básico. Sem mais
148 apontamentos, a deliberação CEIVAP que dispõe sobre o Programa piloto de tratamento de esgotos em
149 pequenas comunidades por sistemas compactos/modulares foi aprovada. **11 – Aprovação de Deliberação**
150 **CEIVAP que dispõe sobre o aporte de recurso financeiro para apoiar o município de São João da Barra**
151 **em virtude dos impactos da baixa vazão na porção final da calha principal do Rio Paraíba do Sul:** O Sr.
152 João Gomes (UENF) introduziu dizendo que este foi um assunto bastante discutido em grupos de trabalho e na
153 câmara técnica com diversos atores envolvidos. Disse que o recurso vem pra resolver o problema de intrusão
154 salina na foz de São João da Barra e pediu à Plenária que apoie a decisão da CTC na construção da deliberação.
155 A Sra. Marcelle Terra (Prefeitura de São João da Barra) agradeceu a possibilidade do aporte de recurso em
156 nome do município e se comprometem a realizar como contrapartida ceder o terreno para construção do poço,
157 assim como o estudo da viabilidade para perfuração. Também foi solicitado a CEDAE o comprometimento de
158 realizar a autorização para interligação na rede e a alteração do poço. O Sr. Rogério Santos (CEDAE) inteirou
159 que a CEDAE está vendo a iniciativa com excelentes olhos e estão trabalhando para fazer outra licitação na
160 cidade. Parabenizou o trabalho e, ademais, propôs a criação de uma comissão para acompanhar a concepção e
161 transição. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) colocou que prever a criação de um grupo em uma deliberação
162 que aprova percentual pode soar muito confuso. Não há impedimento para criação do grupo, e quem vai gerir a
163 parte administrativa é o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, então o grupo pode ser criado nesse âmbito
164 e ter acompanhamento do CEIVAP. O Sr. Luiz Barretti (ABES) manifestou que como o recurso é do CEIVAP,
165 seria ambíguo a comissão ser criada no âmbito do CBH BPSI. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou que
166 na deliberação consta que a equipe do CBH BPSI irá acompanhar essa ação, então é importante que a comissão
167 seja criada no âmbito deles. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) demonstrou preocupação em relação a auditoria no
168 parágrafo que diz que poderá ser acrescido ao valor aportado o percentual de 25% caso haja necessidade. A Sra.
169 Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que essa informação consta no texto pois a solicitação do CBH BPSI foi de
170 R\$ 1.200.000,00 e foi acordado o valor a contrapartida de R\$ 120.000,00 pela plenária do comitê. Se os 25% for
171 acrescido ao recurso do CEIVAP, irá ultrapassar a solicitação, então caso seja necessário um aditivo, se respeita
172 o limite da lei e já fica estipulado e aprovado na deliberação. O Sr. Ricardo Jacob (SABESP) disse que sua
173 preocupação é a titularidade da operação do serviço no município, em relação a destinação de recurso CEIVAP
174 para uma obra necessária, mas onde existe um operador. O Sr. André Marques (AGEVAP) esclareceu em
175 relação a titularidade, chegando toda a documentação da prefeitura de São João da Barra, isso será discutido. A
176 Sra. Ana Asti, presidente do CEIVAP, orientou pela clareza de todo processo a ser construído, que a plenária
177 aprove esse valor. Esse recurso já está previsto no PAP e faz parte de um pedido oficial que veio ao CEIVAP,
178 então caso seja necessário um acréscimo, que em outro momento ele passe pela plenária. Dessa forma, ficou
179 definida a retirada do parágrafo único do art. 1º e a inclusão do art. 5º referente a criação da comissão. Sem mais
180 comentários, a deliberação CEIVAP que dispõe sobre o aporte de recurso financeiro para apoiar o município de
181 São João da Barra em virtude dos impactos da baixa vazão na porção final da calha principal do Rio Paraíba do
182 Sul foi aprovada. **12 – Aprovação de Deliberação CEIVAP que dispõe sobre Financiamentos**
183 **Reembolsáveis com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do Rio**
184 **Paraíba do Sul:** O Sr. André Marques (AGEVAP) explicou que o início desse processo se deu por um pedido
185 do Ministério Público para atender o município de Volta Redonda/RJ e na época foi explicado que o CEIVAP
186 não aporta recurso específico. Depois desse pedido houve uma provocação a ANA, estudando a possibilidade de
187 financiamento do projeto. No final de 2020 houve a aprovação da Resolução da ANA nº 53/2020 que permite o
188 CEIVAP fazer financiamentos, tanto para as concessionárias estaduais, quanto para iniciativa privada. Sem
189 manifestações, a deliberação CEIVAP que dispõe sobre Financiamentos Reembolsáveis com recursos

190 arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul foi aprovada. **13 –**
191 **Aprovação de Deliberações CEIVAP que dispõem sobre a criação dos Grupos de Trabalho: 13.1 –**
192 **Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul – GT**
193 **Implementação PIRH:** A deliberação CEIVAP que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho
194 Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul – GT Implementação
195 PIRH foi aprovada. **13.2 – Acompanhamento dos Estudos Estratégicos CEIVAP – GTEE:** A deliberação
196 que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Estudos Estratégicos CEIVAP – GTEE
197 foi aprovada. **13.3 – Acompanhamento e Implementação do Programa Monitorar – GT Monitorar:** A
198 deliberação que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Acompanhamento e Implementação do Programa
199 Monitorar – GT Monitorar foi aprovada. **14 – Aprovação da revisão das Deliberações CEIVAP que dispõem**
200 **sobre as Ajudas de Custo no âmbito do Comitê:** O Sr. Guilherme Souza (APARPS) questionou se como
201 usuário, apesar de participar de uma instituição sem fins lucrativos de interesse público estadual e municipal,
202 não teriam direito a ajuda de custo. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) contextualizou que essas são apenas
203 atualizações nas deliberações em função de alterações internas na AGEVAP. Disse que o caso do Sr. Guilherme
204 já foi estudado a partir do recurso que ele entrou e a assessoria jurídica informou que a instituição realmente se
205 enquadra em associação de usuários. Já foi solicitado que fosse alterado o Regimento Inteiro para incluir
206 sindicatos rurais nas ajudas de custo, então nada impede que o GTRI estude novamente o caso e solicitem a
207 contemplação aos usuários. Sem mais apontamentos, as Deliberações CEIVAP revisadas que dispõem sobre as
208 Ajudas de Custo no âmbito do Comitê foram aprovadas. **14.1 – Deliberação nº 252/2017 que dispõe sobre a**
209 **adequação dos valores de ajuda de custo e ressarcimento de despesas referentes à transporte dos**
210 **membros da Diretoria Colegiada do CEIVAP no exercício de suas funções:** A revisão da deliberação nº
211 252/2017 foi aprovada. **14.2 – Deliberação nº 260/2018 que dispõe sobre a adequação dos valores de ajuda**
212 **de custo pagos e ressarcimento de despesas de membros do CEIVAP que venham a representá-lo**
213 **oficialmente em outros Fóruns, e aos membros representantes de organizações não governamentais, do**
214 **segmento das organizações civis de recursos hídricos:** A revisão da deliberação nº 260/2018 foi aprovada.
215 **14.3 – Deliberação nº 274/2019 que dispõe sobre a complementação das regras para pagamento de ajuda**
216 **de custo e ressarcimento de despesas terrestres para apoio de representantes de organizações não**
217 **governamentais do segmento das organizações civis de recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados**
218 **no Prof.Água:** A revisão da deliberação nº 274/2019 foi aprovada. **15 – Aprovação de Deliberações CEIVAP**
219 **que dispõem sobre a renovação dos Grupos de Trabalho: 15.1 – Educação Ambiental, Mobilização e**
220 **Comunicação – GTEAMC:** A deliberação CEIVAP que dispõe sobre a renovação do Grupo de Trabalho
221 Educação Ambiental, Mobilização e Comunicação – GTEAMC foi aprovada. **15.2 – Mananciais – GT**
222 **Mananciais:** A deliberação CEIVAP que dispõe sobre a renovação do Grupo de Trabalho Mananciais – GT
223 Mananciais foi aprovada. **15.3 – Regularização de Vazões – GT Vazões:** A deliberação CEIVAP que dispõe
224 sobre a renovação do Grupo de Trabalho Regularização de Vazões – GT Vazões foi aprovada. **16 –**
225 **Referendum das Deliberações nº 303/21 e 304/21 que dispuseram, respectivamente, sobre: 16.1 – a**
226 **prorrogação do mandato dos membros do CEIVAP e de sua Diretoria Colegiada até novembro de 2021:**
227 O referendun da deliberação que dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros do CEIVAP e de sua
228 Diretoria colegiada até novembro de 2021 foi aprovado. **16.2 – A prorrogação do Edital do Processo**
229 **Eleitoral do CEIVAP para o quadriênio 2021/2025:** O referendun que dispõe sobre a prorrogação do Edital
230 do Processo Eleitoral do CEIVAP para o quadriênio 2021/2025 foi aprovado. **17 – Informe sobre o status do**
231 **PROTRATAR IV:** A Sra. Maira Simões (AGEVAP) iniciou informando que o primeiro edital do
232 PROTRATAR foi publicado em 2017 e que em 2018 foi aprovada a deliberação nº 263/2018 que colocou o
233 PROTRATAR como um programa perene do CEIVAP. Pontuou todos os projetos, status e aportes financeiros
234 desde o primeiro edital. O edital do PROTRATAR IV de 2021, foi o com maior aporte financeiro até agora, o
235 resultado foi publicado recentemente, onde selecionaram 7 projetos. Demonstrou em um mapa da bacia onde
236 estão os projetos e disse que a fase atual é de assinar o contrato de transferência e fazer o repasse do recurso. A
237 título de conhecimento, inteirou que o primeiro projeto a ser entregue será a expansão da ETE Bandeira Branca
238 em Jacareí/SP. Após parabenizações ao programa e principalmente a equipe da AGEVAP, o Sr. João Gomes
239 (UENF) apontou que deveriam trabalhar a priorização pela necessidade de saneamento porque muitos
240 municípios estão sendo deixados para trás em questões documentais. A Sra. Maira Simões (AGEVAP) inteirou
241 que a discussão para o PROTRATAR V já foi iniciada e que já estão trabalhando uma maneira de simplificar a
242 entrega documental. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que mexer na questão documental é muito complicado
243 pois está se falando de recurso público, e que uma estratégia que ele já vem apontando há muito tempo e
244 colocando em prática, é ajudar os municípios a se regularizarem para serem contemplados. A Sra. Maira Simões
245 (AGEVAP) informou que há programado um edital de projetos de sistemas de esgotamento sanitário do
246 CEIVAP no ano de 2022 para elaboração de projetos. **18 – Informe sobre o status do Programa Mananciais:**
247 O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) contextualizou sobre programa, dizendo que em 2021 começaram as
248 implantações que são todas acompanhadas no âmbito do GT Mananciais. A partir de novembro 2020 se iniciou
249 a implantação do primeiro ciclo do programa, que conta com um total de três ciclos. Demonstrou o
250 acompanhamento do primeiro ciclo, falando das grandes contribuições dos comitês, assim conseguindo definir
251 as micro bacias alvo em todos os sete. Explicou que dentro das regiões hidrográficas foram definidas sub-bacias
252 e dentro delas, as microbacias alvo que receberem as intervenções do programa. Mostrou em um mapa da bacia,

253 as localizações das microbacias. Também se iniciou a fase de projeto, a elaboração dos prismas, ferramenta
254 fundamental da implementação do programa mananciais, trata-se de um projeto de diagnóstico, entendimento
255 do funcionamento da microbacia e priorização de investimentos. Esse trabalho já foi concluído no barracão dos
256 mendes, no CBH R2R e dia 18 de novembro houve o lançamento. O prisma do CBH PS, no alto curso do rio
257 vermelho, já foi recebido e está em aprovação. Ademais, estão trabalhando no prisma do alto curso do rio das
258 Flores, no CBH MPS, para atingir a meta de até o final de 2021 ter três prismas elaborados. Uma das próximas
259 missões é liberar o ato convocatório para seleção da empresa que irá prestar o serviço de gerenciamento de
260 obras. Finalizou expondo a programação de atendimento aos comitês na conclusão dos prismas, sendo o último
261 entregue em setembro de 2022. **19 – Informe sobre o instrumento de pactuação da Bacia do Rio Paraíba do**
262 **Sul:** O Sr. Márcio de Araújo (ANA) explicou que não há uma apresentação, mas que gostaria de destacar cinco
263 pontos sobre o instrumento de pactuação. Primeiro, seu objetivo que é uma ação conjunta entre os entes do
264 CEIVAP para ações integradas previstas a curto prazo. Sobre a nomenclatura do instrumento onde a primeira
265 proposta seria uma resolução/deliberação visando trazer a pactuação. O jurídico do Rio de Janeiro já avaliou
266 essa minuta e não foi encontrado nenhuma disposição contrária à eventual celebração desse pacto, no entanto,
267 sugeriram a alteração da nomenclatura. Se propôs então uma reunião entre todos os procuradores dos estados,
268 ANA e Assessoria Jurídica da AGEVAP e posteriormente seria organizado esse novo documento com base nas
269 discussões. Disse que nesse intervalo, São Paulo pediu uma apresentação em relação ao PIRH para a equipe de
270 infraestrutura e meio ambiente. Mencionou que a AGEVAP já fez a consolidação do documento e a
271 procuradoria da ANA sinalizou de forma positiva, porém Minas Gerais e São Paulo precisam de mais um
272 tempo. A Sra. Livia Soalheiro (SEAS) complementou que é importante que os comitês também façam suas
273 análises. **20 – Informe sobre a situação hídrica da bacia do rio Paraíba do Sul no ano de 2021:** A Sra.
274 Larissa Ferreira (INEA) iniciou o informe falando sobre o estado de atenção da bacia enfrentado em 2021, se
275 fazendo necessária oito reuniões no âmbito do GTAOH, onde é coordenadora e mais uma que será realizada em
276 dezembro de 2021, cinco a mais do que estava previsto para o ano. Também informou que participou de duas
277 reuniões diretamente com a diretoria do CEIVAP e uma participação no evento do CBH Paranapanema em um
278 diálogo para construção das diretrizes operacionais deles. Demonstrou as informações apresentadas pela ONS
279 na última reunião do GT que ocorreu dia 22/11/2021 sobre as vazões e fez uma breve contextualização sobre a
280 curva de segurança. Explicou que a partir de abril começou-se a enfrentar uma situação muito próxima a curva
281 de segurança que gerou o estado de atenção da bacia e foi acompanhado semanalmente. Em julho foi
282 estabelecido no GAOPS um gatilho de 2% abaixo da curva de segurança, foi feita uma reunião extraordinária
283 onde foram emitidos dois comunicados, um alterando o volume mínimo de funil para 20% e uma melhoria da
284 rede operacional de Santa Cecília. No início de outubro houve uma solicitação da SABESP para transpor um
285 volume adicional de Jaguari até o final de dezembro, porque o sistema Cantareira estava em situação crítica.
286 Expos a situação atual de armazenamento dos reservatórios da bacia e destacou que a também há o viés do
287 controle de cheias, mesmo com o papel dos reservatórios do funil e santa branca de controlarem as cheias, é
288 importante movimentar as defesas civis. Finalizou contextualizando sobre os principais assuntos discutidos no
289 GTAOH ao longo de 2021. O Sr. João Gomes (UENF) solicitou que a Sra. Larissa explicasse a curva de
290 segurança em relação a de 2014 e qual o impacto da transposição feita a São Paulo. A Sra. Larissa Ferreira
291 (INEA) esclareceu que até o mês de outubro a bacia estava margeando a curva de segurança e a partir de então
292 começaram as chuvas que deixaram os reservatórios acima da curva. Novembro não está sendo tão favorável
293 quanto o último mês, pela ausência de chuva, pode ser que se consuma um pouco dos reservatórios. Em relação
294 ao volume, precisa ser considerado o equivalente. Nas discussões feitas, funil tinha sido aprovado para ficar
295 com 20% até o final de novembro, mas foi solicitado ao GAOPS que pudessem operar assim até o final de
296 dezembro, pois ele eleva o volume muito rápido. Se esse reservatório começar o período de cheias um pouco
297 mais baixo, como ele tem o controle feito pelos agentes e pelo ONS, a chance de não precisarem verter nesse
298 período é maior. O Sr. Zenilson Coutinho (ASFLUCAN) disse que a imprensa questiona o porquê estarem
299 fazendo essa transposição do Paraíba e perguntou qual o posicionamento do CEIVAP em relação a isso. O Sr.
300 Edilson de Paula (CBH PS) expressou que é a questão de segurança hídrica nas metrópoles, uma maneira de
301 garantir segurança as populações. O Sr. André Marques (AGEVAP) explicou que na época foram feitos os nove
302 arranjos para São Paulo e não apenas o do Paraíba do Sul. Na época, a discussão, foi pelo motivo do Paraíba ter
303 sido o primeiro, sendo que na ordem do estudo era o sétimo, mas todos os arranjos foram utilizados. O Sr.
304 Ricardo Jacob (SABESP) complementou que a obra de São Lourenço se iniciou antes do Paraíba, mas era uma
305 obra complexa. **21 – Posse dos novos membros do CEIVAP (quadriênio 2021/2025):** O Sr. Matheus
306 Cremonese (PREA) agradeceu por todo o aprendizado profissional e pessoal que ganhou enquanto membro do
307 CEIVAP, tanto na plenária como quanto diretoria. Agradeceu nominalmente os membros da AGEVAP, IGAM,
308 SEAS e a plenária como um todo, sobre o suporte que recebeu enquanto diretoria e falou sobre a questão da
309 integração que está fortíssima. Não apenas em relação aos estados e municípios, mas também dos representantes
310 que estão sempre trabalhando lado a lado, com muito empenho e apoio para as questões da bacia. Agradeceu por
311 último a Sra. Ana Asti e o Sr. Ricardo Jacob que participaram da diretoria junto a ele, fez apreciações a Sra.
312 Marília Melo e desejou um novo ciclo próspero ao comitê. O Sr. Ricardo Jacob, secretário do CEIVAP, falou
313 que foi um período incrível de aprendizado e integração para a bacia, e que foi uma honra poder participar tão
314 ativamente desses momentos. Também agradeceu nominalmente algumas pessoas e os membros como um todo.
315 A Sra. Ana Asti, presidente do CEIVAP, disse ter tido muita sorte ao encontrar essa diretoria para ter ao lado

316 dela e agradeceu por todo o aprendizado adquirido. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) espelhou a deliberação
317 de posse, dizendo que todo o processo eleitoral foi conduzido de forma transparente respeitando as regras do
318 edital. Fez uma breve leitura e apresentação das novas instituições representadas. Dessa maneira, são
319 empossados os novos membros do CEIVAP para o quadriênio 2021/2025. **22 – Eleição e Posse da nova**
320 **Diretoria Colegiada do CEIVAP (biênio 2021/2023):** A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) apresentou a
321 deliberação e explicou que o colocado é que existissem chapas e pelo regimento precisa ser feito um rodizio
322 entre os estados e segmentos de representante. Para esse biênio a vaga de presidente é para o estado de Minas
323 Gerais, de vice-presidente para São Paulo e secretário para o Rio de Janeiro. A chapa apresentada tem a Sra.
324 Marília Melo representando o segmento poder público, Sr. Luiz Roberto Barretti representando o segmento
325 sociedade civil e Sr. João Gomes representando o segmento usuários. Não havendo objeções, a composição
326 proposta para a nova diretoria do CEIVAP foi aprovada por unanimidade e empossada. A Sra. Marília Melo,
327 nova presidente empossada do CEIVAP, cumprimentou a todos dizendo que retorna ao comitê depois de um
328 tempo fora e que é uma grande honra assumir a presidência de um dos comitês mais importantes do Brasil.
329 Parabenizou a AGEVAP que deu um novo modelo de apoio ao comitê e falou do desafio de implementar o
330 plano de bacias. Apontou que como o recurso da cobrança não é o suficiente para enquadrar todos os projetos
331 necessários, um passo muito importante é trabalhar a articulação com os municípios e com o governo federal
332 para captar outros recursos e mudar a realidade dos rios. O Sr. Luiz Roberto Barretti, novo vice-presidente
333 empossado, disse que é uma honra poder trabalhar ao lado da Sra. Marília e que quando eles começaram não era
334 um comitê tão integrado, é muito bom eles voltarem agora vendo esse papel dos comitês afluentes e da
335 AGEVAP nessa questão. Falou também sobre os desafios do plano de bacias, mas que construirá um CEIVAP
336 maior e melhor. Comentou sobre como o comitê é sempre citado como referência, mesmo tendo o desafio de ser
337 o pioneiro, tem uma assertividade muito grande construída ao longo do tempo, o trabalho agora é dar
338 continuidade a tudo o que já vem magistralmente sendo feito. O Sr. João Gomes, novo secretário empossado,
339 agradeceu pela grande honra de estar participando do CEIVAP, pelo olhar que o comitê federal está tendo em
340 relação a região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e aos comitês do Rio de Janeiro que o ajudaram a ser
341 indicado. Disse de sua honra de participar da diretoria é de vaidade institucional, na plenária representava a
342 UENF que o fez adquirir potencial dentro do comitê. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) pontuou que a 3ª
343 Reunião Extraordinária do CEIVAP que aconteceria após o encerramento desta, não poderá acontecer por falta
344 de quórum qualificado. O Sr. Renato Veneziani (Sind. Rural de São José dos Campos) mencionou que dentro do
345 Grupo de Trabalho Regimento Interno o trabalho foi entregue e alertou sobre a necessidade de atualização na
346 nomenclatura na representação da União. Disse que está prevista a indicação de representantes do Ministério do
347 Meio Ambiente, porém houve uma modificação nos ministérios. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou
348 que encaminhada uma solicitação ao Ministério do Meio Ambiente e eles entenderam que as vagas deveriam ser
349 distribuídas entre os ministérios, pois hoje eles não concentram todas as atividades de recursos hídricos. Essa é
350 uma questão que pode ser resolvida mais pra frente, tal qual a mudança de nomenclatura de instituições. Após
351 parabenizações e com nada mais a ser tratado, a Sra. Marília Melo (SEMAD) agradeceu a presença de todos e
352 encerrou a 2ª Reunião Ordinária do CEIVAP, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Naomy Euphemio,
353 secretária ad hoc, e depois de aprovada, foi assinada pela Sra. Ana Asti (biênio 2019/2021) e pela Sra. Marília
354 Melo (biênio 2021/2023), que presidiram a reunião.

355
356 Resende, 25 de novembro de 2021.
357
358
359

360
361 ANA LARRONDA ASTI
362 **Presidente do CEIVAP**
363 **Biênio 2019/2021**
364

360
361 MARÍLIA CARVALHO DE MELO
362 **Presidente do CEIVAP**
363 **Biênio 2021/2023**
364

365 366 **LISTA DE PRESENÇA**

367 368 **Membros do CEIVAP (2017/2021)**

369
370 UNIÃO – Roseli dos Santos Souza (MDR/SNSH)

371
372 SÃO PAULO – Ricardo Jacob (SABESP); Iara Giacomini (SIMA); Agenor Micaelli (Prefeitura de Caçapava);
373 Camila Reggian (CIESP Jacareí); Marcos André Sobra (REVAP); Renato Veneziani (Sind. Rural de São José
374 dos Campos); Thaigo Eustáchio (Usina Paulista Lavrinhas de Energia); Laurentino Gonçalves (Fundação
375 Christiano Rosa); Marcos Faria (Rotary Clube de Piquete); Elias Adriano (AJADES); Teresa Cristina Paiva
376 (USP); Luiz Roberto Barretti (ABES/SP)
377
378

379 MINAS GERAIS – Matheus Cremonese (PREA); Eduardo Araújo (IGAM); Marina Afonso (Prefeitura de
380 Bicas); Ricardo Stahlschmidt (CESAMA); Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); Luiza Cortat (FIEMG/Zona da
381 Mata); Wagner Akihito (ABRAGEL); Marcelo Carvalho (Furnas); Luiza Cunha (Carangola Energia); Heverson
382 Maragon (CEAVARP); Celso Bandeira (UFJF); Jackson Leandro Gonçalves (FUPAC)

383

384 RIO DE JANEIRO – Ana Asti (SEAS); Livia Soalheiro (SEAS); Moema Versiani (INEA); Larissa Costa
385 (INEA); Licius Freire (FIPERJ); Carlos Ronald Macabu (Prefeitura de Campos dos Goytacazes); Mayná
386 Coutinho (CEDAE); Thiago Freitas (Águas das Agulhas Negras); Jorge Vicente Peron (FIRJAN); Antônio
387 Carlos Simões (CSN); Julieta Paiva (Werner Fábrica de Tecidos); Zenilson Coutinho (ASFLUCAN); João
388 Gomes (UENF); Luiza Salles (ECOANZOL); Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!); Markus
389 Stephan Budzynkz (APEDEMA)

390

391

392 **Membros do CEIVAP (2021/2025)**

393

394 UNIÃO – Cristiane Fernanda Silva (MDR/SNSH); Roseli dos Santos Souza (MDR/SNSH)

395

396 SÃO PAULO – Luiz Roberto Barretti (ABRHidro); Edilson Andrade (SIMA); Iara Giacomini (SIMA); Agenor
397 Micaelli (Prefeitura de Caçapava); Marcelo Jordão (SAAE Jacarei); Camila Reggiani (CIESP Jacarei); Celso
398 Scofield (REVAP); Clovis Pinto (CIESP Taubaté); Vanessa Armellini (General Motors); Renato Veneziani
399 (Sind. Rural de São José dos Campos); Thiago Eustáchio (Usina Paulista Lavrinhas de Energia); Teresa Paiva
400 (USP); Ricardo Jacob (ABES/SP); Laurentino Gonçalves (Fundação Christiano Rosa); Elias Adriano
401 (AJADES); Marcos Faria (SAP)

402

403 MINAS GERAIS – Marília Melo (SEMAD); Djeanne Leão (SEMAD); Eduardo Araújo (IGAM); Miguel Ribon
404 (SEAPA); Marina Afonso (Prefeitura de Bicas); Mariana Mattos (AMPAR); Neidson Gonçalves (Prefeitura de
405 Além Paraíba); Régis Josué Reis (Prefeitura de Visconde do Rio Branco); Ricardo Stahlschmidt (CESAMA);
406 Daniela Murucci (DEMSUR); Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); Luiza Cortat (FIEMG/Zona da Mata);
407 Marcelo Carvalho (Furnas); Luiza Cunha (Carangola Energia); Celso Bandeira (UFJF); Jackson Leandro
408 Gonçalves (FUPAC); Matheus Cremonese (PREA); Heverson Maragon (CEVARP)

409

410 RIO DE JANEIRO – João Gomes (APROMEPS); Ana Asti (SEAS); Livia Soalheiro (SEAS); Moema Versiani
411 (INEA); Larissa Costa (INEA); Licius Freire (FIPERJ); Vinicius de Azevedo (Prefeitura de Barra Mansa);
412 Geovane Andrade (Prefeitura de Porto Real); Caroline Lopes (Prefeitura de Quatis); Marcela Toletto (Prefeitura
413 de São João da Barra); René Justen (Prefeitura de Campos dos Goytacazes); Mauro Furtado (CEDAE); Vera
414 Lúcia Teixeira (SAAE Barra Mansa); Thiago Guedes (Águas das Agulhas Negras); Antônio Carlos Simões
415 (CSN); Jorge Vicente Peron (FIRJAN); Julieta Paiva (Werner Fábrica de Tecidos); Zenilson Coutinho
416 (ASFLUCAN); Guilherme Souza (APARPS); Elias Fernandes (UENF); André Luiz Moreira (UBM); Markus
417 Stephan Budzynkz (APEDEMA); Yurhii Stephan Budzynkz (ADEFIMPA); Luiza Salles (ECOANZOL)

418

419

420 **Convidados**

421

422 Osman Fernandes (ANA); Márcio de Araújo (ANA); Aline Alvarenga (AGEVAP); Marina Assis (AGEVAP);
423 Júlio César Ferreira (AGEVAP); Daiane Santos (AGEVAP); Maira Simões (AGEVAP); Flávio Monteiro
424 (AGEVAP); Ingrid Delgado (AGEVAP); Caroline Jacob (AGEVAP); Márcio Peixoto (AGEVAP); Edi Meri
425 Fortes (AGEVAP); Raissa Galdino (Prefácio); Marcelle Terra (Prefeitura de São João da Barra); Gisele Boa
426 Sorte (INEA); Jorge Sanabrina (SABESP); Rogério Santos (CEDAE); Ranieri (CEDAE); Ricardo Esper
427 (FIESP);

428

429

430 Resende, 25 de novembro de 2021.